

Notas sobre as designações na narrativa jornalística: aspectos sociológicos¹

Ubiratan VIEIRA²

Universidade Federal de Ouro Preto, Campus Mariana, MG

RESUMO

No presente trabalho apresento algumas considerações iniciais sobre o estudo de designações na narrativa jornalística numa perspectiva sociológica. Nesta perspectiva devemos considerar não apenas a presença de certas relações entre os critérios de valoração internos ao jornalismo e os critérios de valoração relativos a outras coletividades, como também, a rede de relações concretas entre produtores e usuários dessas designações, considerando que sua presença na narrativa jornalística se relaciona de forma interdependente à sua presença nas narrativas do cotidiano. De início considero alguns aspectos sociológicos das narrativas jornalísticas, para depois considerar o uso de designações nessas narrativas. Non fim sugiro alguns problemas e recortes para o estudo da designação na narrativa jornalística numa perspectiva sociológica.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; aspectos linguísticos; designações; sociologia.

1 – Sobre os aspectos sociológicos da narrativa jornalística.

Pierre Bourdieu (1998) escreve a respeito do fenômeno da censura nas práticas sociais quando tenta inscrever a linguagem dentro do seu quadro conceitual para análise das relações simbólicas dessas práticas. Analisando o discurso filosófico para exemplificar como uma “língua especial” produz uma “ilusão” de “independência” e de “sistematicidade” em relação à linguagem comum da qual parte, Bourdieu pretende ilustrar como se circunscrevem limites internos aos campos de práticas sociais circunscrevendo possibilidades de “lucros materiais ou simbólicos” para aqueles que nestes se posicionam. Esta tentativa seria ilusória devido à interseção entre os campos ou, “mercados de bens simbólicos”, mas efetiva na medida em que reproduziria certos

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Doutor em Estudos Linguísticos e Professor de Sociologia da UFOP, email: ubiratan.gv@icsa.ufop.br

critérios de valoração estabelecendo hierarquias mais do que menos fixas entre as várias posições nesses mercados.

Poderíamos fazer uma interpretação semelhante da narrativa jornalística e afirmar que nesta se apresenta uma “língua especial”? O que a caracterizaria? Se considerarmos, a simplicidade gramatical, a síntese de informações e os apelos às imagens e às “palavras extraordinárias” (Bourdieu, 1997, p.26), a própria estrutura “legenda embaixo da foto” e a preocupação com a ortografia, são critérios de valoração simbólica que evidentes que permitem identificar de forma irrefletida as narrativas jornalísticas enquanto tais. Outros critérios de valoração como a neutralidade política, a veracidade das informações e o respeito à “norma culta” da língua portuguesa, são comuns à narrativa jornalística na medida em que são tanto defendidos como desrespeitados de forma propositada ou não, sendo portanto, critérios refletidos. Assim, por um lado, a não apuração da fonte numa notícia e a tendência política não explícita de um jornal são motivos para o escândalo e por outro, a revista Caros Amigos se afirma “a primeira à esquerda”, a revista Piauí, insiste num estilo de jornalismo ficcional e Dora Kramer criticou a concordância nominal do então presidente Lula, cometendo “erros crassos” de concordância verbal (Bagno, 2003, p. 24). Todos estes são critérios de valoração simbólica internos à narrativa jornalística, pois são justamente aqueles critérios de valoração simbólica que os jornalistas corporificam no ato de escrever.

Se considerarmos que as narrativas do cotidiano são marcadas pela desconsideração irrefletida desses valores que constituem o “*habitus*” jornalístico temos pois uma independência da narrativa jornalística em relação à linguagem comum. Devemos sentir falta de uma análise mais aprofundada da “língua especial” do jornalismo no livro, “Sobre a Televisão”, onde Bourdieu se limitou a algumas considerações esparças (cf. Bourdieu, 1997, p. 26; 36). Nesta obra, Bourdieu pretende discorrer sobre o campo jornalístico, considerando apenas a “posição dominante” da grande indústria jornalística de imprensa e televisão. Vale a pena destacar as conclusões a que chega Bourdieu quando se propõe a analisar mais detidamente a relação do campo jornalístico com o campo político. Para Bourdieu, dada sua dependência em relação ao “campo econômico” levando os jornais a selecionarem trivialidades e sensacionalismos

como acontecimentos noticiáveis, segundo uma “mentalidade-índice-de-audiência”, “o campo jornalístico produz e impõe uma visão inteiramente particular do campo político”, onde “a política está condenada a aparecer como um assunto ingrato, que se exclui tanto quanto possível dos horários de grande audiência, um espetáculo pouco exitante, ou mesmo deprimente e difícil de tratar, que é preciso tornar interessante” (Bourdieu, 1997, p. 133). Embora devêssemos suspeitar da ênfase que Bourdieu dá à “influência do jornalismo” sobre a sociedade, deveríamos concordar plenamente com a crítica que propôs à grande indústria jornalística. É que outras perspectivas mais preocupadas com a dinâmica social na qual a prática jornalística se insere, dão mais ênfase à forma como os produtos jornalísticos participam das relações sociais concretas. Martin-Barbero (2007), por exemplo, considera que todo produto cultural de massa não apenas está em diálogo constante com o público ao qual se dirige incorporando suas preferências, mas também, que a importância dada à ampla difusão de tais produtos deve considerar não tanto o âmbito da produção, mas da recepção, afinal o que as pessoas fazem com as narrativas jornalísticas não é necessariamente o que se pretendia consciente e inconsistentemente quando da sua redação. Tome-se por exemplo a análise dos produtos jornalísticos apresentadas em congressos de comunicação. Será que os jornalistas de jornal escrevem pensando nas críticas dos jornalistas de academia?

Uma outra limitação da perspectiva de Bourdieu sobre o campo jornalístico, me parece ser ainda mais problemática. Aos critérios de valoração simbólicos próprios à prática jornalística, somam-se a pluralidade das manifestações dessas práticas que Bourdieu desconsidera. Mas, tendo em vista esta pluralidade, a relação da “língua especial” do jornalismo, chamemo-la de jornalês, e a linguagem comum não é uma relação de autonomia, mas sim de dependência. Se a narrativa jornalística pretende seduzir qualquer um, isto parece estar relacionado ao fato de que há narrativas jornalísticas para qualquer um. Não apenas parece haver um recorte de classe entre aqueles que a narrativa jornalística tenta seduzir, como demonstram as diferenças de estilo e de preço de jornais como o Estado de Minas e o Super Notícias, por exemplo. Também há dentro desse recorte de classe, recortes de coletividades bastante diversas numa enorme variedade de produtos jornalísticos que se distinguem sobretudo quanto ao conteúdo, mas também quanto aos suportes e recursos materiais investidos na sua produção (casos tão diversos como o portal Inclusive.org, Jornal Sem Terra e a Revista

Caros Amigos, para citar alguns exemplos). Portanto, a narrativa jornalística depende do consumidor potencial visado.

É uma “língua especial” bastante plástica o jornalês, sobretudo no que se refere à sua interseção com a lógica do mercado de bens materiais. É nisto que consiste o aspecto problemático da limitação que Bourdieu faz ao falar do jornalismo a partir das práticas da grande indústria. É que a interseção entre o “campo jornalístico” e o “campo econômico”, que explica o cinismo com que a narrativa jornalística representa a política também pode explicar a pluralidade de narrativas. Se o jornalismo opera segundo uma “mentalidade-índice-de-audiência” essa audiência não é heterogênea. A relação entre jornalês e linguagem comum, é mais próxima de uma relação de interdependência entre variações de jornalês e de linguagem comum, segundo critérios de valoração que aproximam a narrativa jornalística do consumidor específico ao qual se dirige.

As críticas de Howard Becker (Becker e Pessin, 2006) à noção de “campo” de Bourdieu, para o estudo sociológico das atividades artísticas, permitem compreender melhor essas limitações. A noção de campo é para Becker é uma abstração restrita na medida em que as relações de poder são concebidas para coletividades que não necessariamente interagem concretamente entre si. Para Becker é muito mais importante analisar os conflitos dentro de ações coletivas concretas, isto é, das redes de relações concretas que intervêm na produção artística e seu consumo, os “mundos da arte”. Assim, ao analisar, não apenas os mundos midiáticos (Becker, 2002), mas também a ação coletiva envolvida em diferentes formas de representar a sociedade (Becker, 2009), considera as diferentes formas de organização de produtores e consumidores no resultado final, mais atendo à dinâmica social presente na produção cultural. Em outras palavras, considerando a abordagem dos produtos culturais como ação coletiva, a pesquisa dos produtos jornalísticos deveria considerar, o que Bourdieu chama de “sistema de relações em que estão inseridos” (Bourdieu, 1997, p. 140). Entretanto, diferentemente da abordagem de Bourdieu, tal análise não pode ser homogeneizada em termos de “campos” de práticas sociais e desconsiderar a configuração de influências mútuas e de peso diferenciado entre produtores e usuários nos diferentes processos de produção e consumo. Estes processos variam enormemente segundo a o produto cultural em questão.

Nesta perspectiva interacionista uma narrativa jornalística em particular poderia ser considerada como o resultado de um processo social complexo e diferenciado. Entretanto se considerarmos o teor linguístico da narrativa, me parece que o conjunto de processos interligados se amplia se nos propomos a considera que as relações sociais se materializam também no texto das narrativas. Acredito que se consideramos as designações podemos fazer esta abordagem.

2 – A designação na narrativa jornalística.

O uso de designações envolve diferentes questões sobre a relação entre linguagem e realidade, como a correspondência entre uma e outra e os aspectos descritivos e performativos da linguagem (cf. Rajagopalan, 2009). Dentre estas questões gostaria de propor considerarmos a designação numa perspectiva sociológica como o ato de se referir a um realidade social particular da qual a designação decorre. Isto é, aquela realidade social que precede e condiciona a ocorrência da designação. A presença de nomes próprios ou genéricos

em um texto denota um conjunto determinado de relações sociais e conota determinados valores sociais. Gostaria, pois, que considerássemos o uso de designações numa perspectiva sociológica. Na falta de oportunidade de desenvolver os pormenores de tal abordagem peço, por gentileza, considerar sua validade.

Consideremos um pequeno estudo de Rajagopalan (2003), sobre as designações usadas na cobertura da imprensa durante a guerra que os Estados Unidos e a OTAN promoveram no Afeganistão, após o incidente chamado de 11 de setembro. Consideremos duas dessas designações, “terroristas” e “mártires”. A primeira usada na imprensa ocidental, a outra pela imprensa árabe. Para Rajagopalan, os termos “terroristas” e “mártires” não são termos que se referem neutralmente a uma mesma realidade extralinguística.

Quem tem a mídia a seu lado escolhe não só os termos para designar as forças de cada lado, mas também, ao escolher os termos, determina quem vai desempenhar o papel de mocinho e quem vai desempenhar o do bandido” (Rajagopalan, 2003, p. 86)

As designações são “armas secretas da mídia” para Rajagopalan (2003), pois camuflam valores sociais em atos de referência que podem ser vistos como neutros, quando poderiam ser objeto de contestação pelos leitores. No caso do uso dos termos “terroristas” e “mártires”, a relação entre as posições dos governos envolvidos no conflito e suas respectivas imprensas que tomam partido pelos seus respectivos governos ao utilizar um ou outro termo nas narrativas sobre a guerra.

Quando consideramos a designação como uma arma secreta midiática como fica o estudo da relação entre produtores e usuários de narrativas jornalísticas? Como o uso de designações na narrativa jornalística pode esclarecer a relação entre a “língua especial” do jornalismo, com seus critérios de valoração internos, e as linguagens comuns na sociedade que intervem nessa narrativa com outros critérios de valoração simbólica? Analisando a circulação social das designações dentro e fora da narrativa jornalística podemos encontrar indícios da rede de relações pressupostas que estudar a relação entre a narrativa jornalística e a narrativas do cotidiano. Por um lado, a forma extraordinária das designações na narrativa jornalística destacadas por Bourdieu (1997, p. 26), evidenciando critérios de valoração internos à comunidade jornalística, por outro lado, a presença de critérios de valoração compartilhados com outras comunidades sociais, justamente aquelas às quais se dirige narrativas jornalísticas específicas. Assim, diferentes critérios de valoração intervem nessas formas linguísticas na medida em que se referem a determinadas representações sociais e não outras (conotação) assim como se referem a determinadas relações entre produtores e usuários dessas formas linguísticas (denotação). Assim, a identificação dos papéis de produtores e usuários de designações na narrativa jornalística deve considerar por um lado, que, embora estas sejam produzidas por jornalistas, decorrem do uso dessas mesmas designações nas narrativas da vida cotidiana. Por outro lado, deve considerar a circulação dos critérios de valoração dentro e fora da narrativa jornalística.

Esta perspectiva de estudo sobre o uso de designações na narrativa jornalística permite levantar uma série de problemas e recortes de pesquisa que podem ser de algum interesse para a essa área de estudo. Além do estudo da intervenção direta de interesses políticos de determinados grupos sociais na narrativa jornalística exemplificado por Rajagopalan (2003), podem ser de interesse também o estudo comparativo entre

diferentes produtos jornalísticos no uso de determinadas designações sobre temas específicos, assim como, o estudo da carreira de uso de um conjunto de designações analisando comparativamente diferentes momentos históricos na cobertura de um determinado tema, entre outros recortes possíveis.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A norma oculta**. São Paulo: Parábola, 2003.

BECKER, Howard; PESSIN, Alain. A Dialogue on the Ideas of 'World' and 'Field'. **Sociological Forum**. v. 21, n^o 2, p. 275-286, 2006

BECKER, Howard S. **Falando da sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. Studying the New Media. **Qualitative Sociology**. v. 25, n^o. 3, p. 337-343, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. 2^o ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Pensar la sociedad desde la comunicación. **Revista Colombiana de Sociología**. n^o. 29, p. 11-32, 2007.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. Theories of truth. In: S. Chapman; C. Routledge (org.) **Key ideas in linguistics and the philosophy of language**. Edinburgh: Edinburgh Univ Press, 2009, p. 238-244